

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	5
Apresentação da coleção.....	7
Nota à 4. ^a edição.....	9
Nota à 3. ^a edição.....	11

Introdução

1. Objetivo deste estudo.....	37
2. As transformações do direito processual civil, o processo cautelar e outras tutelas de urgência.....	38
3. Importância dos procedimentos especiais e evolução do direito material.....	39
4. Plano e divisão do trabalho.....	40

PRIMEIRA PARTE – TUTELAS DE URGÊNCIA. PERFIS GERAIS

José Miguel Garcia Medina
Fernando da Fonseca Gajardoni

1

Fundamentos, estrutura e função das tutelas de urgência

1.1 Raiz constitucional das tutelas de urgência.....	41
1.2 Tutelas de urgência típicas e atípicas. Caráter exemplificativo das tutelas de urgência típicas.....	43
1.3 Modalidades de tutelas de urgência. Visão geral.....	44
1.4 Diferenças existentes entre as modalidades de tutelas de urgência.....	46
1.4.1 Tutela cautelar e antecipação dos efeitos da tutela.....	46
<i>Quadro sinóptico 1</i>	48
1.4.2 Tutelas de urgência satisfativas autônomas.....	49
1.5 Semelhanças entre tutela cautelar e antecipação dos efeitos da tutela. É relevante a distinção?.....	49

1.6	Fungibilidade entre antecipação dos efeitos da tutela e tutela cautelar	51
1.6.1	A regra do § 7.º do art. 273 do CPC	51
1.6.2	Fungibilidade “de mão dupla”	52
1.7	Unificação procedimental entre ação cautelar (incidental e <i>ante causam</i>) e ação “principal”	53

2

Antecipação dos efeitos da tutela (tutela satisfativa provisional)

2.1	Antecipação dos efeitos da tutela e outras tutelas de urgência	55
2.2	A antecipação dos efeitos da tutela nem sempre é tutela de urgência	56
2.3	Antecipação dos efeitos da tutela e julgamento antecipado parcial da lide	57
2.4	Requisitos	58
2.4.1	Existência de prova inequívoca e verossimilhança da alegação ...	58
2.4.2	Antecipação dos efeitos da tutela, em caso de fundado receio de dano grave ou de difícil reparação (art. 273, I, do CPC)	58
2.4.3	Antecipação dos efeitos da tutela em razão de abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (art. 273, II, do CPC)	59
2.4.4	Reversibilidade dos efeitos antecipados (art. 273, § 2.º, do CPC). <i>Periculum in mora</i> inverso e princípio da proporcionalidade	59
2.5	Efetivação da liminar (art. 273, § 3.º)	62
2.6	Revogação ou modificação da decisão que antecipa efeitos da tutela (art. 273, § 4.º). Ausência de preclusão para o juiz	63

3

Tutelas de urgência satisfativas autônomas (medidas “cautelares satisfativas”)

3.1	As medidas “cautelares satisfativas”. Improriedade da expressão	65
3.2	Tutelas de urgência satisfativas autônomas. Conceito	67
3.3	Ausência de regulamentação expressa e aplicação supletiva dos procedimentos previstos para outras modalidades de tutelas de urgência	69
3.4	Ultratividade da tutela satisfativa autônoma e desnecessidade de ajuizamento de outra ação (“principal”)	70
3.5	Estabilidade da decisão e inexistência de coisa julgada	71
3.6	Inexistência de ônus no ajuizamento de ação voltada à obtenção de pronunciamento judicial fundado em cognição exauriente. Iniciativa que pode ser tomada por qualquer das partes	73

4 Tutela cautelar

4.1	Tutela e processo cautelar.....	75
4.1.1	A tutela cautelar frente às outras modalidades de tutela jurisdicional.....	75
4.1.2	Finalidade da tutela cautelar	76
4.1.3	Ação, processo, medida e liminar cautelar	77
4.1.4	Algumas classificações.....	80
4.1.4.1	Nominadas (ou típicas) e inominadas (ou atípicas) .	80
4.1.4.2	Antecedentes e incidentais	81
4.1.4.3	Constritivas e não constritivas	82
	<i>Quadro sinóptico 2</i>	83
4.1.5	Tutela cautelar concedida incidentalmente, independente de processo cautelar autônomo e sincretismo processual.....	84
4.2	Tutela cautelar “satisfativa” ou “ultrativa”. Ausência de instrumentalidade (ou instrumentalidade atenuada)	84
4.3	Características da tutela cautelar.....	86
4.3.1	Autonomia do processo cautelar instaurado <i>ante causam</i> . Possibilidade de concessão de tutela cautelar incidental, em processo de outra natureza	86
4.3.2	Acessoriedade.....	87
4.3.3	Dupla instrumentalidade.....	88
4.3.4	Urgência.....	88
4.3.5	Sumariedade da cognição	89
4.3.6	Inexistência de coisa julgada, em regra	90
4.3.7	Provisoriedade ou precariedade	91
4.3.8	Revogabilidade e mutabilidade.....	92
4.3.9	Fungibilidade entre cautelares	92
4.3.9.1	Regra geral	92
4.3.9.2	Possibilidade de substituição da cautelar por caução (art. 805 do CPC)	94
4.3.9.3	Fungibilidade e o princípio da <i>mibi factum, dabo tibi ius</i>	94
4.4	Poder geral de cautela	94
4.4.1	Atipicidade das medidas cautelares. Fundamento constitucional	94
4.4.2	Poder geral de cautela e medidas cautelares típicas ou nominadas	96
4.4.3	Medidas cautelares <i>ex officio</i>	99

4.4.4	Fungibilidade da tutela cautelar	99
4.4.5	Concessão da tutela cautelar por órgão jurisdicional incompetente	99
4.4.6	Limitações ao poder geral de cautela.....	100
4.5	Pressupostos, condições da ação e mérito do processo cautelar.....	101
4.5.1	Generalidades.....	101
4.5.2	<i>Fumus boni iuris</i>	102
4.5.3	<i>Periculum in mora</i>	103
4.5.4	<i>Periculum in mora</i> inverso	103

SEGUNDA PARTE – PROCEDIMENTOS CAUTELARES

José Miguel Garcia Medina
Fernando da Fonseca Gajardoni

5

Considerações introdutórias

5.1	Procedimentos cautelares comum e especiais, e ações cautelares típicas (ou nominadas), com e sem procedimento próprio.....	105
5.2	Âmbito de aplicação dos arts. 796 a 811 do CPC aos procedimentos das ações cautelares nominadas ou típicas.....	106
5.3	Procedimentos impropriamente cautelares (ou falsos procedimentos cautelares): ações satisfativas e procedimentos de jurisdição voluntária indevidamente arrolados entre os procedimentos cautelares típicos	107
5.4	Sujeição do procedimento cautelar (Livro III) ao Livro I do Código de Processo Civil	107

6

Procedimento cautelar comum (Livro III, Capítulo I do CPC)

6.1	Aspectos gerais	110
6.2	Competência	110
6.2.1	Regra geral.....	110
6.2.2	Concessão de liminar por juízo incompetente e <i>translatio iudicii</i>	112
6.2.3	Prevenção para a ação principal e medidas meramente conservativas de direito.....	112
6.2.4	Competência na fase recursal	113

6.2.5	Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e competência para algumas medidas cautelares.....	115
6.3	Petição inicial.....	117
6.4	Participação do Ministério Público	120
6.5	Intervenção de terceiros.....	121
6.6	Liminar.....	122
6.6.1	Requisitos.....	122
6.6.2	Liminar <i>inaudita altera pars</i>	123
6.6.3	Audiência de justificação prévia	124
6.6.4	Necessidade de prestação de caução (contracautela).....	124
6.6.5	Necessidade de motivação da decisão que defere ou não a liminar	124
6.6.6	Modificação e revogação	125
6.6.7	Limites à concessão de liminar cautelar	125
6.6.8	Recurso cabível.....	126
6.6.9	Pedido de suspensão (art. 4.º da Lei 8.437/1992)	127
6.7	Citação	127
6.8	Resposta do réu	128
6.8.1	Prazo	128
6.8.2	Contestação.....	129
6.8.3	Exceções.....	129
6.8.4	Reconvenção	130
6.9	Revelia.....	130
6.10	Providências preliminares	131
6.11	Instrução.....	131
6.12	Sentença	131
6.13	Apelação.....	132
6.14	Reexame necessário (art. 475 do CPC)	133
6.15	Sucumbência	134
6.16	Coisa julgada material	135
6.17	Efetivação das medidas cautelares	136
6.18	Do ajuizamento da ação principal nas cautelares <i>ante causam</i>	137
6.18.1	Regra geral.....	137

6.18.2	Termo inicial: deferimento, efetivação da medida ou ciência do requerente?	138
6.18.3	Efetivação parcial da cautelar	139
6.18.4	Sentido da expressão “propor a ação”	139
6.18.5	Exceção de incompetência não suspende o prazo do art. 806 do CPC	140
6.18.6	Não incidência do prazo, quando houver impedimento legal ao ajuizamento da ação principal	140
6.18.7	Não incidência do prazo, em relação a cautelares não restritivas de direitos	141
6.18.8	Não incidência do prazo em relação às “cautelares satisfativas”	141
6.18.9	Causas relativas a direito de família	142
6.18.10	A não propositura da ação principal leva à extinção da ação cautelar	142
6.19	Duração e eficácia das cautelares (CPC, art. 808)	143
6.20	Procedimento cautelar e férias ou recessos forenses	144
6.21	Responsabilidade civil do requerente da cautela	144
	<i>Fluxograma 1</i>	146

7

**Procedimentos específicos do Livro III,
Capítulo II do Código de Processo Civil
(ações cautelares nominadas e outros
procedimentos, de natureza diversa)**

7.1	Considerações introdutórias	149
7.1.1	Natureza dos procedimentos específicos previstos no Livro III, Capítulo II do Código de Processo Civil	149
7.1.2	Utilidade das cautelares nominadas ou típicas, no processo civil moderno. Caráter exemplificativo das cautelares nominadas e de suas hipóteses de cabimento	149
7.2	Arresto (arts. 813 a 821 do CPC)	153
7.2.1	Arresto cautelar e execução por quantia em dinheiro	153
7.2.2	Possibilidade de penhora de bem distinto do arrestado	153
7.2.3	Distinção entre arresto cautelar (CPC, art. 813 ss.) e arresto executivo (CPC, art. 653)	153

7.2.4	Requisitos para a concessão do arresto cautelar.....	154
7.2.4.1	<i>Periculum in mora</i> e <i>fumus boni iuris</i> . Não exaustividade das situações referidas nos arts. 813 e 814 do CPC.....	154
7.2.4.2	Prova literal da dívida líquida e certa (<i>fumus boni iuris</i>).....	154
7.2.4.3	Prova documental ou justificação de algum dos casos mencionados no art. 813 do CPC (<i>periculum in mora</i>).....	155
7.2.5	Procedimento.....	156
7.2.5.1	Aspectos gerais.....	156
7.2.5.2	Aplicação supletiva das regras referentes à penhora.....	157
7.2.6	A medida cautelar fiscal (Lei 8.397/1992) e suas particularidades.....	158
7.2.6.1	Semelhanças e diferenças, em relação ao arresto cautelar previsto no Código de Processo Civil.....	158
7.2.6.2	Requisitos e peculiaridades procedimentais.....	159
7.3	Sequestro (arts. 822 a 825 do CPC).....	162
7.3.1	Sequestro e execução para a entrega de coisa.....	162
7.3.2	Semelhanças e diferenças entre sequestro e arresto. A aplicação supletiva das regras relativas ao arresto ao sequestro.....	163
7.3.3	Sequestro e arrolamento.....	163
7.3.4	Requisitos.....	164
7.3.4.1	Caráter exemplificativo das hipóteses previstas no art. 822 do CPC.....	164
7.3.4.2	Demonstração do <i>fumus boni iuris</i> e do <i>periculum in mora</i>	164
7.3.5	Aspectos procedimentais.....	165
7.4	Caução (arts. 826 a 838 do CPC).....	166
7.4.1	Caução cautelar e caução satisfativa.....	166
7.4.2	Finalidade do procedimento previsto nos arts. 826 ss. do CPC e objeto da caução.....	167
7.4.3	Ação para a prestação de caução e contracautela (art. 804 do CPC). Distinção.....	167
7.4.4	Caução às custas (<i>cautio iudicatum solvi</i>).....	168
7.4.5	Requisitos.....	168
7.4.6	Procedimento da caução cautelar.....	169
7.4.7	Procedimento da ação para a prestação de caução. Incidência do art. 461 do CPC.....	169

7.4.8	Reforço de caução	171
7.5	Busca e apreensão (arts. 839 a 843 do CPC)	171
7.5.1	Natureza: cautelar, satisfativa ou ato executivo incidental	171
7.5.2	Distinção entre busca e apreensão, arresto e sequestro	172
7.5.3	Aspectos procedimentais	173
7.6	Exibição (arts. 844 e 845 do CPC)	173
7.6.1	Finalidade da exibição	173
7.6.2	Distinção entre exibição e figuras afins	174
7.6.3	Exibição como mero incidente processual	174
7.6.4	Exibição como ação cautelar antecedente	175
7.6.5	Exibição como ação satisfativa	175
7.7	Produção antecipada de provas (arts. 846 a 851 do CPC)	176
7.7.1	Objeto	176
7.7.2	Distinção entre produção antecipada de prova e justificação	177
7.7.3	Produção de provas antecipada ou incidental	177
7.7.4	Requisitos	178
7.7.5	Procedimento	179
7.8	Alimentos provisionais (arts. 852 a 854 do CPC)	181
7.8.1	Conceito e abrangência	181
7.8.2	Distinção entre alimentos provisionais e provisórios. Requisitos exigidos, em cada uma das hipóteses	182
7.8.3	Alimentos gravídicos (Lei 11.804/2008)	183
7.8.4	Natureza da ação referida nos arts. 852 ss. do CPC	184
7.8.5	Aspectos procedimentais	184
7.9	Arrolamento de bens (arts. 855 a 860 do CPC)	186
7.9.1	Finalidade e natureza	186
7.9.2	Distinção entre arrolamento cautelar e sucessório (CPC, arts. 1.031 ss.)	187
7.9.3	Requisitos	187
7.9.4	Procedimento	188
7.10	Justificação (arts. 861 a 866 do CPC)	189
7.10.1	Natureza: procedimento de jurisdição voluntária	189
7.10.2	Finalidade	189
7.10.3	Distinção entre justificação e audiência de justificação	190
7.10.4	Algumas peculiaridades procedimentais	191
7.11	Protestos, notificações e interpelações (arts. 867 a 873 do CPC)	193
7.11.1	Finalidade e natureza: procedimentos de jurisdição voluntária, como regra	193

7.11.2	Distinção entre protesto, notificação e interpelação	194
7.11.3	Procedimento	195
7.11.4	Protesto contra a alienação de bens	196
7.11.4.1	Procedimento de jurisdição contenciosa, não voluntária	196
7.11.4.2	Meios de comunicação e admissibilidade de averbação do protesto no registro de imóveis	197
7.11.4.3	Efeitos do protesto	197
7.11.4.4	Outros aspectos procedimentais	198
7.12	Homologação do penhor legal (arts. 874 a 876 do CPC).....	198
7.12.1	Penhor legal	198
7.12.2	Finalidade da homologação.....	199
7.12.3	Natureza.....	200
7.12.4	Institutos afins: semelhanças e diferenças.....	200
7.12.5	Procedimento	201
7.13	Posse em nome do nascituro (arts. 877 e 878 do CPC).....	202
7.13.1	Natureza e finalidade.....	202
7.13.2	Peculiaridades procedimentais.....	204
7.14	Atentado (arts. 879 a 881 do CPC).....	205
7.14.1	Finalidade	205
7.14.2	Natureza.....	206
7.14.3	Medidas de apoio que podem ser tomadas <i>incidenter tantum</i> e desnecessidade do instituto	206
7.14.4	Cabimento	207
7.14.5	Legitimidade.....	208
7.14.6	Competência.....	209
7.14.7	Admissibilidade de concessão de liminar	209
7.14.8	Formação e desenvolvimento do procedimento. Incidência do art. 461 do CPC.....	210
7.15	Protesto e apreensão de títulos (arts. 882 a 887 do CPC).....	210
7.15.1	Protesto extrajudicial e sua sustação ou cancelamento por ordem judicial.....	210
7.15.2	Da apreensão de títulos	212
7.16	Outras medidas provisionais (arts. 888 e 889 do CPC).....	212
7.16.1	Natureza das medidas previstas no art. 888 do CPC.....	212
7.16.2	Obras de conservação em coisa litigiosa ou judicialmente apreendida (art. 888, I, do CPC)	213

7.16.3	Entrega de bens de uso pessoal do cônjuge e dos filhos (art. 888, II, do CPC).....	214
7.16.4	Posse provisória dos filhos, nos casos de separação judicial ou anulação de casamento, e guarda e educação dos filhos, com regulamentação do direito de visitas (art. 888, III e VII, do CPC).....	215
7.16.5	Afastamento de menor autorizado a contrair casamento (art. 888, IV, do CPC).....	216
7.16.6	Depósito de menores ou incapazes castigados imoderadamente ou induzidos à prática de atos contrários à lei e à moral (art. 888, V, do CPC)	217
7.16.7	Afastamento temporário de um dos cônjuges da morada do casal (art. 888, VI, do CPC).....	219
	7.16.7.1 Modalidades de separação de corpos.....	219
	7.16.7.2 Tutela cautelar ou antecipação dos efeitos da tutela? Incidência do princípio da fungibilidade	220
	7.16.7.3 Não incidência do prazo referido no art. 806 do CPC	220
	7.16.7.4 Outros aspectos procedimentais	221
7.16.8	Interdição ou demolição de prédio (art. 888, VIII, do CPC) ...	221
	<i>Fluxograma 2</i>	223
	<i>Fluxograma 3</i>	224

TERCEIRA PARTE – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA

José Miguel Garcia Medina
Fábio Caldas de Araújo

8

Aspectos gerais

8.1	Procedimentos comum e especiais.....	225
8.2	Importância dos procedimentos especiais.....	225
8.3	Procedimentos especiais, flexibilização e atipicidade dos procedimentos.	226
8.4	Outros procedimentos especiais previstos no Código de Processo Civil (além dos referidos no Livro IV).....	228

9

Ação de consignação em pagamento

9.1	Considerações gerais.....	229
9.2	Consignação extrajudicial e ação de consignação em pagamento	230
9.3	Objeto da ação de consignação.....	230

9.4	Discussão acerca da <i>res debita</i> na ação de consignação em pagamento.....	231
9.5	Ação de consignação no direito tributário	232
9.6	Pressupostos da consignação.....	232
9.6.1	<i>Mora accipiens</i> : recusa injustificada do credor	232
9.6.2	<i>Incognitio</i> : dúvida objetiva sobre quem seja o credor.....	233
9.7	Procedimento da consignação extrajudicial em pagamento	233
9.8	Procedimento da ação de consignação em pagamento.....	235
9.8.1	Opção do autor	235
9.8.2	Condições da ação de consignação	236
9.8.3	Competência	237
9.8.4	Requisitos da petição inicial	237
9.8.5	Consignação de prestações periódicas	238
9.8.6	Princípio da concentração (<i>ius variandi</i>)	238
9.8.7	Resposta do réu	238
9.8.8	<i>Actio duplex e emendatio morae</i>	239
9.8.9	Sentença.....	240
	<i>Fluxograma 4</i>	241

10

Ação de depósito

10.1	Considerações preliminares	242
10.2	Depósito e ação de depósito	242
10.3	Procedimento da ação de depósito.....	246
10.3.1	Condições da ação.....	246
10.3.2	Prova literal do depósito, como requisito da petição inicial	247
10.3.3	O pedido de tutela específica.....	248
10.3.4	Defesa do réu	249
10.4	Sobre a constitucionalidade da prisão civil na ação de depósito e a Súmula Vinculante 25 do STF.....	249
10.5	Sentença	253

11

Ação de anulação e substituição de títulos ao portador

11.1	A tutela dos títulos ao portador	255
11.2	Espécies de títulos ao portador	256
11.3	Pretensões protegidas pelo Código de Processo Civil.....	256
11.4	A boa-fé e os títulos ao portador	257

11.5	Aspectos procedimentais da ação.....	257
11.5.1	Competência	257
11.5.2	Ajuizamento da ação e citação do réu	257
11.5.3	Defesa do réu	259
11.5.4	Sentença.....	259
11.6	Ação de extravio parcial – O art. 912 do CPC	259

12

Ação de prestação de contas

12.1	A necessidade de confrontação das contas.....	261
12.2	Legitimidade para a pretensão de exigir contas	262
12.3	Legitimidade para a pretensão de oferecer as contas	263
12.4	Condições de admissibilidade para a ação de prestação	263
12.5	Procedimento da ação de prestação de contas.....	264
12.5.1	Petição inicial	264
12.5.2	O sistema bifásico da ação de exigir contas	265
12.5.3	Possíveis atitudes do réu.....	265
	12.5.3.1 Apresentação das contas.....	265
	12.5.3.2 Apresentação de contas e de contestação.....	265
	12.5.3.3 Contestação.....	266
12.5.4	Sentença na primeira fase. Natureza jurídica.....	267
12.5.5	Cumprimento da sentença	268
12.5.6	Segunda fase na ação de exigir as contas	268
12.5.7	Resultado do julgamento – Verbas de sucumbência	269
12.6	Ação de prestar contas	269
12.7	Procedimento da ação de prestar contas	269
12.8	Prestação de contas vinculada a processo judicial.....	270

13

Ações possessórias

13.1	Considerações introdutórias	271
13.2	Objeto das ações possessórias: <i>stricto sensu</i> e <i>lato sensu</i>	271
13.3	<i>Ius possessionis</i> e <i>ius possidendi</i>	273
13.4	A confluência do direito material e processual. A posse perante o Código Civil de 2002	273

13.5	Espécies de ações possessórias	274
13.6	A fungibilidade e as ações possessórias	275
13.7	Condições da ação possessória.....	276
13.8	A cumulação de pedidos no juízo possessório.....	277
13.9	O art. 921, I, do CPC. As perdas e danos.....	278
13.10	O pedido de cominação de pena para a cessação da ameaça, turbação ou esbulho	278
13.11	A cominação de pena.....	279
13.12	O pedido de demolição de construção ou eliminação de plantações.....	279
13.13	A <i>exceptio domini</i> e a Súmula 487 do STF	280
13.14	A concessão de liminar	281
13.15	Defesa do réu. Possibilidade do pedido contraposto	283
13.16	Especialidade do procedimento	283
13.17	Sentença possessória e execução	284

14

Ação de nunciação de obra nova

14.1	Ação de nunciação e limitação ao exercício da propriedade.....	285
14.2	Ação de nunciação: real ou pessoal?.....	286
14.3	A confluência do direito material. A redação atual do art. 1.302 do Código Civil.....	287
14.4	Direitos de vizinhança e obrigação <i>propter rem</i>	289
14.5	Direito de construir e função social da propriedade.....	290
14.6	O conceito de “obra nova”.....	291
14.7	A contiguidade da obra nova	291
14.8	Legitimidade ativa e passiva	292
14.9	O interesse de agir na ação de nunciação.....	293
14.10	Embargo extrajudicial.....	293
14.11	Propositura da ação e cumulação de pedidos	294
14.12	Concessão da liminar: o embargo da obra nova.....	295
14.13	Instrução processual.....	295
14.14	Caução.....	295
14.15	Sentença	296

15

Ação de usucapião

15.1	A formação do título dominial através da usucapião	297
15.2	Ação de usucapião e aquisição de direitos reais	297
15.3	A usucapião como modo de aquisição da propriedade.....	298
15.4	Natureza jurídica da ação de usucapião	299
15.5	Ação e exceção de usucapião.....	299
15.6	Condições da ação de usucapião.....	300
15.7	Situações especiais de <i>legitimatío ad causam</i> : espólio, condômino, com-possuidor, pessoas jurídicas (associação e entidade coletiva)	301
15.8	Procedimento da usucapião de bem imóvel	302
15.8.1	A petição inicial	302
15.8.2	Integração do cônjuge	303
15.8.3	Formação do contraditório. Citações e intimações.....	303
15.8.4	Citação do proprietário e do possuidor	303
15.8.5	Citação e intimação da Fazenda Pública	304
15.8.6	Citação dos confinantes e terceiros.....	305
15.8.7	Julgamento antecipado e audiência de instrução	305
15.8.8	Intervenção do Ministério Público.....	306
15.8.9	A sentença na ação de usucapião.....	306

16

Ação de divisão e demarcação
de terras particulares

16.1	Pretensão de demarcação e divisão	307
16.2	A finalidade da ação de demarcação e divisão. Prejudicialidade.....	307
16.3	Condições para a ação de divisão e demarcação.....	308
16.4	Condição de procedibilidade específica: divisão cômoda da <i>res</i>	308
16.5	Competência	309
16.6	Posição dos confinantes no juízo divisório após a demarcação.....	309
16.7	Procedimento das ações divisórias	310
16.8	Natureza bifásica do procedimento	310

17

Inventário e arrolamento

17.1	A ação de inventário (art. 982 do CPC) e a Resolução 35/2007 do CNJ...	311
17.2	Modalidades de inventário	312
17.2.1	Inventário positivo (ativo > passivo).....	312
17.2.2	Inventário negativo (ativo < passivo).....	312
17.3	Ação de sobrepartilha e de sonegados.....	313
17.4	Facultatividade e extinção da via judicial	313
17.5	O inventário pela via judicial. Abertura da sucessão	313
17.6	Âmbito de cognição no inventário e arrolamento.....	314
17.7	Procedimento do inventário	314
17.8	O arrolamento sumário.....	316
17.9	O arrolamento extrajudicial por escritura pública	316
17.10	O alvará judicial.....	317
17.10.1	Generalidades.....	317
17.10.2	Alvará judicial incidental.....	317
17.10.3	Alvará autônomo.....	318

18

Embargos de terceiro

18.1	Natureza jurídica	319
18.2	“Quem, não sendo parte no processo”: a figura do terceiro	319
18.3	O terceiro e o devedor <i>ultra titulum</i>	320
18.4	O terceiro e as Súmulas 84, 303 e 308 do STJ.....	321
18.5	A parte equiparada ao terceiro (art. 1.046, § 2.º do CPC).....	322
18.6	O art. 1.046, § 3.º do CPC. Os embargos do cônjuge, a Súmula 134 do STJ e o art. 655-B do CPC	323
18.7	Credor com garantia real	324
18.8	Prazo para a oposição dos embargos.....	324
18.9	Objeto dos embargos de terceiro	324
18.10	Procedimento	325
18.10.1	Limitação da cognição judicial.....	325
18.10.2	Petição de embargos e citação	325
18.10.3	Liminar	326
18.10.4	Suspensão do processo principal	326
18.10.5	Competência	326
18.10.6	Defesa do embargado.....	327
18.10.7	Sentença e coisa julgada	328

19

Habilitação

19.1	Habilitação e sucessão <i>causa mortis</i>	329
19.2	O regime da sucessão processual <i>causa mortis</i>	330
19.2.1	Comunicação formal do óbito	330
19.2.2	Suspensão do processo	330
19.2.3	Legitimidade para o pedido de habilitação	331
19.3	Procedimento da ação de habilitação	331
19.4	Habilitação em fase recursal	332
19.5	Habilitação <i>ope legis</i> dos adquirentes e cessionários	332
19.6	Competência	333
19.7	Habilitação consensual ou direta	333
19.8	Sentença de habilitação	303

20

Restauração de autos

20.1	Nova realidade: processo eletrônico	334
20.2	Legitimidade <i>ad causam</i>	334
20.3	Autos suplementares: cópia digital	335
20.4	Procedimento da restauração	336
20.5	Competência para restauração de autos	337
20.6	Sanções pela perda ou extravio	338
20.7	Repetição de provas	338

21

Vendas a crédito com reserva de domínio

21.1	A tutela jurisdicional do crédito na aquisição de bens móveis	340
21.2	Proteção do terceiro de boa-fé	341
21.3	A previsão do art. 1.070 do CPC	342
21.4	A execução do contrato pelo art. 1.071 do CPC	342

22

Juízo arbitral e Lei 9.307/1996

22.1	Considerações gerais	345
22.2	Âmbito de incidência da arbitragem	345
22.3	Convenção de arbitragem	346
22.4	O árbitro	347

22.5	Procedimento da arbitragem	347
22.6	Sentença arbitral.....	347

23

Ação monitória

23.1	Estrutura do procedimento monitório	349
23.2	O documento no procedimento monitório.....	350
23.2.1	Natureza do documento	350
23.2.2	Peculiaridades da prova documental: forma escrita	351
23.2.3	Identificação precisa da <i>res</i> e do <i>quantum debeatur</i>	351
23.2.4	Documento unilateral e bilateral	351
23.3	Procedimento	353
23.3.1	Petição inicial	353
23.3.2	Oposição de embargos monitórios	353
23.3.3	Competência	355
23.3.4	Citação e Súmula 282 do STJ	355
23.3.5	Expedição do mandado	355
23.3.6	Cumprimento do mandado de pagamento ou entrega	356
23.3.7	Sentença.....	356
23.4	Monitória no Juizado Especial	357
23.5	Monitória contra a Fazenda Pública.....	357

QUARTA PARTE – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

José Miguel Garcia Medina

Fábio Caldas de Araújo

24

Jurisdição voluntária: princípios gerais e procedimentos em espécie

24.1	Jurisdição contenciosa e voluntária. Distinção	358
24.2	Migração dos procedimentos de jurisdição voluntária	359
24.3	Normas gerais aplicáveis ao procedimento de jurisdição voluntária.....	360
24.3.1	Considerações introdutórias	360
24.3.2	Legitimidade para o procedimento	360
24.3.3	Formação do contraditório e produção de provas.....	360
24.3.4	Sentença.....	361
24.4	Procedimentos de jurisdição voluntária em espécie	361

24.4.1	Alienações judiciais	361
24.4.2	Separação consensual. A Lei 11.441/2007 e a Emenda 66/2010 ..	362
24.4.3	Dos testamentos e codicilos	363
24.4.4	Herança jacente.....	364
24.4.5	Bens dos ausentes.....	364
24.4.6	Coisas vagas	365
24.4.7	Curatela de interditos	365
24.4.8	Fundações: organização e fiscalização	367
24.4.9	Especialização da hipoteca legal.....	368
24.5	Outros procedimentos de jurisdição voluntária	368

QUINTA PARTE – AÇÕES COLETIVAS

José Miguel Garcia Medina

Fábio Caldas de Araújo

25

Teoria geral das ações coletivas

25.1	Transformações no sistema jurídico.....	370
25.2	O “afioramento” dos interesses coletivos	371
25.3	A dicotomia: Direito Público/Privado	373
25.4	A tutela jurisdicional coletiva e as diversas classes de interesses	374
25.4.1	Aspectos gerais.....	374
25.4.2	Interesse individual	375
25.4.3	Interesses individuais plúrimos	375
25.4.4	Interesses individuais homogêneos.....	377
25.4.5	A <i>Rule 23</i> e a importância das <i>class actions</i> para a tutela das <i>small and modest claims</i>	377
25.4.6	Interesse coletivo	379
25.4.7	Interesses difusos.....	380
25.5	Legitimação nas ações coletivas.....	381
25.5.1	Generalidades.....	381
25.5.2	Legitimação extraordinária nas ações coletivas	382
25.5.3	Legitimação extraordinária passiva (<i>defendant class action</i>)	385
25.6	Coisa julgada nas ações coletivas	386
25.6.1	Regime geral da coisa julgada, nas ações coletivas.....	386

25.6.2	Limitação territorial dos efeitos da sentença coletiva	387
25.6.3	Litispendência e suspensão (a requerimento ou <i>ex officio</i>) das ações ajuizadas individualmente, em razão da existência de ação coletiva	389

26

Ação civil pública

26.1	Objeto da ação civil pública.....	392
26.2	A competência para a Lei de Ação Civil Pública	394
26.3	Tutelas preventiva (“inibitória”) e ressarcitória.....	394
26.4	Tutela de urgência na ação civil pública.....	398
26.5	Legitimidade para ação civil pública.....	398
26.6	Sentença	400
26.7	Eficácia da sentença e coisa julgada	402
26.8	Cumprimento da sentença.....	402

27

Ação popular

27.1	Objeto da ação popular.....	404
27.2	A lesão e a ilegalidade do ato.....	405
27.3	Ação popular e ação civil pública por improbidade	405
27.4	Notas sobre a legitimidade <i>ad causam</i> e <i>ad processum</i> na ação popular	406
27.5	A legitimação subsidiária do Ministério Público	407
27.6	A legitimidade do cidadão menor de 18 anos e a ilegitimidade da pessoa jurídica.....	407
27.7	Legitimação passiva.....	407
27.8	Legitimação bifronte da pessoa jurídica de direito público.....	408
27.9	Competência	408
27.10	A concessão da liminar	409
27.11	Recursos contra a liminar	410
27.12	Procedimento	411
27.13	Petição inicial.....	411
27.14	Citação	412
27.15	Resposta do réu	413
27.16	Sentença e o regime da coisa julgada	414

27.17	Sentença de procedência.....	414
27.18	Sentença de improcedência. Isenção de despesas e coisa julgada.....	415
27.19	Sentença processual	416
27.20	Recursos	417
27.21	Reexame necessário na ação popular e Súmula 405 do STF.....	417
27.22	Cumprimento da sentença.....	418

28

Ação de improbidade administrativa

28.1	Considerações iniciais.....	420
28.2	Improbidade administrativa.....	421
28.3	A caracterização do ato de improbidade.....	422
28.4	O agente público que comete ato de improbidade.....	422
28.5	A improbidade e o princípio da tipicidade	424
28.6	Procedimento da ação de improbidade.....	426
28.7	A tutela de urgência na ação de improbidade	426
28.8	A fungibilidade e a urgência	427
28.9	Proporcionalidade na concessão do provimento cautelar	428
28.10	Petição inicial.....	429
28.11	Contraditório preliminar: condição de admissibilidade	430
28.12	Notificação e interrupção da prescrição	430
28.13	Competência	431
28.14	Deslocamento por prerrogativa de foro. Impossibilidade.....	432
28.15	Condições da ação	433
	28.15.1 Legitimidade <i>ad causam</i>	433
	28.15.2 Pessoa jurídica lesada.....	433
	28.15.3 Litisconsórcio e assistência ao Ministério Público	434
	28.15.4 Ministério Público	435
28.16	Audiência de conciliação e instrução	435
28.17	Sentença na ação de improbidade.....	436
28.18	Aplicação das sanções do art. 12 da Lei 8.429/1992. Regra de ponderação...	437
28.19	Execução da sentença	438
28.20	Prescrição da pretensão na ação de improbidade	438
28.21	Interrupção e imprescritibilidade do ressarcimento	438

SEXTA PARTE – AÇÕES CONSTITUCIONAIS

José Miguel Garcia Medina
Fábio Caldas de Araújo

29

Ações constitucionais. Noções gerais

29.1	O controle jurisdicional misto da Constituição Federal brasileira	440
29.2	Controle repressivo concentrado e difuso	441
29.3	A transcendência da eficácia <i>erga omnes</i> para o controle difuso.....	442
29.4	Controle concentrado de constitucionalidade.....	442
29.5	Ações constitucionais examinadas no presente trabalho	443

30

Ação direta de inconstitucionalidade e ação
declaratória de constitucionalidade

30.1	Finalidade da ação direta de inconstitucionalidade (por ação ou omissão).....	444
30.2	Procedimento da ação direta de inconstitucionalidade	447
30.2.1	A Lei 9.868/1999 e as alterações da Lei 12.063/2009	447
30.2.2	Interesse na propositura da ação direta de inconstitucionalidade...	447
30.2.3	Pertinência temática.....	449
30.2.4	Legitimidade.....	449
30.2.5	Fase inicial da ação direta de inconstitucionalidade.....	451
30.2.6	A participação de terceiros e do <i>amicus curiae</i>	452
30.2.7	Informações e concessão de tutela de urgência no controle con- centrado	453
30.2.8	Eficácia da liminar e julgamento definitivo em regime de ur- gência	454
30.3	A sentença na ação direta de inconstitucionalidade e seus efeitos.....	455
30.4	A ação declaratória de constitucionalidade e seu procedimento	458

31

Arguição de descumprimento
de preceito fundamental

31.1	Noções gerais	460
31.2	Legitimidade	461

31.3	Procedimento da ADPF.....	461
31.4	Poderes do relator e princípio da subsidiariedade	462
31.5	Concessão de liminar na ADPF	462
31.6	Decisão final na ADPF e modulação de efeitos.....	463

32

Mandado de segurança

32.1	Modalidades de mandado de segurança: preventivo e repressivo	464
32.2	Mandado de segurança coletivo.....	465
32.3	Condições da ação	466
32.3.1	Possibilidade jurídica.....	466
32.3.2	Legitimidade	468
32.3.3	A legitimidade passiva e a encampação	468
32.3.4	Legitimidade ativa	468
32.3.5	Interesse de agir – Direito líquido e certo	469
32.4	Competência	470
32.5	A liminar no <i>mandamus</i>	470
32.6	A peça de defesa: informações da autoridade coatora	471
32.7	Ministério Público.....	472
32.8	Sentença no mandado de segurança. Extinção pelo fato consumado	472
32.9	A opção pela via ordinária e a coisa julgada.....	473
32.10	Despesas e honorários advocatícios	474
32.11	Recursos e sucedâneos: agravo e a suspensão	474
32.12	Execução no mandado de segurança.....	475

SÉTIMA PARTE – JUIZADOS ESPECIAIS

José Miguel Garcia Medina
Fábio Caldas de Araújo

33

Juizados Especiais. Noções gerais

33.1	A origem dos Juizados Especiais	476
33.2	Juizados Especiais: procedimento especial ou comum sumaríssimo?.....	477
33.3	Recentes transformações dos Juizados Especiais	477

34

**Juizados Especiais Cíveis
(Lei 9.099/1995)**

34.1	Os Juizados Especiais Cíveis e a Lei 9.099/1995	479
34.2	Princípios informativos dos Juizados	480
34.3	Competência	481
34.3.1	Regra geral	481
34.3.2	Foro competente	482
34.3.3	Incompetência absoluta	483
34.4	Partes	483
34.4.1	Pessoas que podem ser parte	483
34.4.2	Capacidade postulatória	484
34.4.3	Litisconsórcio e intervenção de terceiros	484
34.5	O procedimento no Juizado Especial e o desenvolvimento dos atos processuais	484
34.5.1	Visão geral do procedimento	484
34.5.2	A petição inicial	485
34.5.3	Citação e intimação	485
34.5.4	Audiências de conciliação e instrução	485
34.5.5	Produção de provas	486
34.5.6	Resposta do réu e pedido contraposto	486
34.5.7	Sentença	487
34.5.8	Recursos	487
34.5.9	Execução no Juizado	488
34.5.10	Despesas processuais	489
34.5.11	Acordo extrajudicial e ação rescisória	489

35

**Juizados Especiais Cíveis
da Justiça Federal (Lei 10.259/2001)**

35.1	Instituição dos Juizados Especiais Federais	490
35.2	Aplicação subsidiária da Lei 9.099/1995	490
35.3	Competência no Juizado Federal	491

35.4	Partes.....	492
35.4.1	Legitimação das partes.....	492
35.4.2	Capacidade postulatória.....	492
35.5	Tutela de urgência.....	493
35.6	O procedimento do Juizado Federal.....	493
35.6.1	Aspectos gerais.....	493
35.6.2	O pedido.....	494
35.6.3	Resposta do réu.....	494
35.6.4	Audiência de conciliação e instrução.....	495
35.6.5	Produção de prova técnica.....	495
35.6.6	Sentença.....	495
35.6.7	Execução.....	496
35.6.8	Recursos.....	496

36

Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei 12.153/2009)

36.1	Surgimento dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	498
36.2	Competência.....	498
36.3	Partes.....	500
36.3.1	Legitimidade das partes.....	500
36.3.2	Litisconsórcio ativo.....	500
36.4	Tutela de urgência.....	501
36.5	Procedimento no Juizado da Fazenda Pública.....	501
36.5.1	Princípios gerais.....	501
36.5.2	Cumprimento da sentença.....	502
36.5.3	Recursos.....	503
	Bibliografia.....	505
	Índice alfabético-remissivo.....	523
	Outras obras dos Autores.....	527